

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS
e-mail: licitação@ifsuldeminas.edu.br

ASSUNTO: ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE LICITAÇÃO RDC Nº 003/2018

SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI., empresa com sede na cidade de São Luís – MA, sito à Rua dos Cedros, Quadra. 13, Nº 17, Jardim São Francisco, registrada sob o CNPJ nº. 04.885.201/0001-74, vem, mui respeitosamente, perante V.Sa. solicitar **ESCLARECIMENTOS** referente à Licitação em epígrafe, cujo objeto é *"o Registro de Preço para futura e eventual contratação integrada de pessoa jurídica especializada na tecnologia de produção de energia sustentável, para elaboração dos projetos básico e executivo, com fornecimento de materiais e equipamentos, construção, montagem e colocação em operação, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, em módulos de Geradores de Energia Solar Fotovoltaicos em pleno funcionamento, conforme Anteprojeto e demais documentos componentes do correspondente processo, destinados a atender ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS"*, conforme segue.

O Ordenamento jurídico pátrio, ao tratar acerca de Licitações e Contratos – Lei 8.666/93, no que tange à Qualificação Técnica para participação em certames, dispõe em seu art. 30, *in verbis*:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da

qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

...

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação**, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação...." **(Grifos Nossos)**

Assim, **REQUER** os seguintes esclarecimentos:

ESCLARECIMENTO 01:

No Anexo I – Anteprojeto, à Página 24, no item 13 – Considerações Finais, consta a seguinte redação:

"Como forma de melhor classificação das licitantes sugerimos que conste no Edital que as mesmas tenham vasto conhecimento do assunto, assim sendo, estas, bem como seus responsáveis técnicos, precisarão comprovar já ter executado projeto de instalações fotovoltaicas, execução de instalações fotovoltaicas, execução de estrutura metálica e serviços de aterramento, nas quantidades proporcionais legais, de 30% a 50%, aos quantitativos totais requeridos por esta licitação".

Analisando o Edital, no que concerne à comprovação de Qualificação Técnica, verifica-se que o mesmo é omissivo no que se refere aos quantitativos que devem constar nas Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo CREA.

QUESTIONA-SE:

O Responsável Técnico Engenheiro Eletricista deverá comprovar então já ter executado NO MINIMO 30% do total dos quantitativos em que pretende executar? Ou seja, se uma empresa participar de todos os itens, os quais totaliza cerca de 3MWp, seu RT deverá comprovar experiência mínima de 900kWp? Deverá comprovar através de CAT's/Atestados de Capacidade técnica devidamente registrados no CREA? É possível a Soma de Atestados?

Como se dará a comprovação da experiência profissional do RT, no caso Engenheiro Eletricista, de já ter executado serviços de aterramento?

Qual o quantitativo exato a ser exigido para a comprovação da Qualificação Técnica pretendida?

ESCLARECIMENTO 02:

Verificando-se a Planilha de Serviços, observa-se a necessidade de execução de grande vulto de serviços de Estrutura Metálica, haja vista esse item em sua composição de custos unitários representar mais de 6% (seis por cento) de peso monetário, o que, de acordo com a prática, o classificaria como uma "parcela de maior relevância".

QUESTIONA-SE:

Será necessária a comprovação de execução de serviços de Estrutura Metálica? Se sim, qual o Profissional competente? A empresa deverá comprovar ter essa experiência através de possuir RTs que atuem nessa área ou através de CATs/Atestados que apontem que a empresa já executou tais serviços? Qual o quantitativo a ser solicitado para fins de comprovação?

ESCLARECIMENTO 03:

No que tange à comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, consta no Edital, no item 17.4.3.2, *in verbis*:

“17.4.3.2. Comprovação de Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preços final, nos termos do Acórdão n.º 647/2014 – Plenário do TCU.

a) Em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) dos valores exigidos para a Licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

b) O que trata o subitem anterior não é aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com o art. 51, § 6º, do Decreto n.º 7.581/2011.

c) Caso qualquer desses índices esteja igual ou inferior a 1,00 (um inteiro), o licitante deverá possuir capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta comercial, após a etapa competitiva.”

QUESTIONA-SE:

A empresa deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo de 10%(dez por cento) do valor de sua proposta final ou do resultado do produto dos sistemas que pretende fazer pelo valor do sistema de R\$ 122.630,67 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e sete centavos)? Em sendo de sua proposta final, esta seria o resultado do produto dos sistemas que pretende fazer pelo sistema de R\$ 122.630,67 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e sete centavos)? Ou a Empresa deverá apresentar a exigência do Patrimônio Líquido de 10%(dez por cento) apenas quando seus índices contábeis for inferior a 1 (um)?

ESCLARECIMENTO 04:

Para Habilitação, exige-se ainda a Relação de Compromissos assumidos pela empresa licitante, conforme estabelece o Edital no item 17.5.4, a seguir transcrito;

"17.5.4. Relação de compromissos de realização de obras ou reformas assumidas pelo licitante, para fins de verificação da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, na forma do Anexo XVIII do presente instrumento, sendo que será reservado do valor do patrimônio líquido o percentual de 10% (dez por cento) do valor das obras em andamento."

QUESTIONA-SE:

Para contabilizar os compromissos assumidos pela empresa licitante, deve constar da Relação requerida no item 17.5.4 apenas os valores firmados em contratos ou também devem constar os valores de serviços que constem em Ata de Registro de Preços ainda que não tenham Ordem de Serviços emitidas para a execução dos serviços?

ESCLARECIMENTO 05:

De acordo com o que dispõe o item 17.5.4, deverá ser exigido a comprovação de Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor final da proposta e além disso deve-se retirar desse cálculo o percentual de 10%(dez por cento) das obras em andamento apresentadas pela empresa.

Ou seja, POR EXEMPLO, uma Empresa com Patrimônio Líquido de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), que tem R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em obras em andamento, com o valor reservado de 10% (dez por cento) de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), teria R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), assim o Cálculo do Patrimônio Líquido menos o valor reservado, chegaria ao valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

Assim, a capacidade de abrangência (para fins de Qualificação Econômico-Financeira) desta Empresa, conforme item 17.4.3.2 seria de 10 x R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), que seria igual a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

QUESTIONA-SE:

O calculo do exemplo acima está correto?

ESCLARECIMENTO 05:

No resumo do Edital, assim como no início do mesmo consta que a licitação será processada eletronicamente, haja vista no cabeçalho constar ainda o título "RDC ELETRÔNICO Nº003/2018". Contudo, no teor do Edital consta que o certame será processado na forma PRESENCIAL.

QUESTIONA-SE:

De que forma será processada a presente licitação?

Desde já, a empresa SILVEIRA ENGENHARIA agradece pela atenção.

São Luís, 10 de Janeiro de 2019.

Atenciosamente,

SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
JOSE LINO DA SILVEIRA JUNIOR
Sócio Administrador

Lina Rosa Menezes da Silveira
Advogada
OAB/MA nº13.740

(Assinado Digitalmente)